REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Excelentíssimo Ministro da Economia, Senhor **Paulo** Guedes. informações sobre projetos de concessão de parques à iniciativa privada.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro seja encaminhado ao Ministro da Economia, Senhor Paulo Guedes, requerimento de informação sobre os projetos de concessão de parques à iniciativa privada nos seguintes termos:

- 1) No que concerne a concessão de parques ambientais à iniciativa privada, qual a expectativa quanto à arrecadação, o número de licitações e as expectativas econômicas com a abertura do mercado?
- 2) Será possível a otimização do uso de recursos públicos e a obtenção de fontes extras de receita com a concessão dos parques dentro do plano de desestatização?
- 3) Qual o efeito que se espera para o desenvolvimento econômico do turismo e da preservação ambiental pela concessão da administração dos parques ao mercado privado?
- 4) Diante da necessidade de aprimorar os investimentos públicos e a atividade econômica, quais as ações estão sendo adotadas junto ao Ministério do Meio Ambiente para tornar célere o processo de concessões de parques à iniciativa privada?

Justificação

De acordo com informações divulgadas em veículos de comunicação ao longo do mês, o Brasil tem aproximadamente 80 projetos de concessão de parques à iniciativa privada e que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está preparando a concessão de parques nacionais até o fim de 2021.

Com o advento da pandemia da Covid-19, o momento tem gerado incertezas sobre os leilões. Atualmente, o setor privado é incumbido de administrar 18 concessões de parques e unidades de conservação, sendo 7 Câmara dos Deputados, Anexo IV - Gabinete 933 - CEP 70160-900 -Brasília/DF

Tels (61) 3215-5933/1933



Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

concessões do governo federal, 4 de governos estaduais e 7 com prefeituras. Em relação as iniciativas em curso, 38 projetos estão paralisados e somente 8 tiveram o anúncio da intenção pública.

A transferência da gestão de parques nacionais, estaduais e urbanos para a iniciativa privada aparenta ser um caminho que o Governo busca para monetizar esses ativos, que atualmente geram muita despesa com manutenção e investimentos. Além disso, vale ressaltar que a aplicação de investimento adequado em parques ou unidades de conservação e com foco na exploração do turismo, pode fomentar negócios turísticos. Sendo assim, é fundamental saber como se dará o processo de concessões dessas unidades de conservação e qual será o seu efeito no meio financeiro, se através delas será possível elevar os investimentos de impacto social e ambiental.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 19 de outubro de 2020.

CAPITÃO ALBERTO NETO

Deputado Federal Republicanos-AM

